



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI N 932, DE 06 DE MARÇO DE 2020.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, OBJETIVANDO O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO, A TÍTULO DE PRO-LABORE, AOS POLICIAIS MILITARES DO GRUPAMENTO POLICIAL DO MUNICÍPIO DE GUATAPAR, E D OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURACY DA COSTA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuies legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1 Fica a Prefeitura Municipal de Guatapar, autorizada a celebrar Convênio, e respectivos Termos Aditivos, com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança, objetivando o pagamento de gratificação, a título de PRO-LABORE aos Policiais Militares do Segundo Grupamento Policial, da 4. Companhia, do 51 BPM-I, militantes no Município de Guatapar, Estado de São Paulo.

Art. 2 O pro-labore de que trata o art. 1 desta Lei, se dará no valor equivalente  14 UFESPs, pago mensalmente a cada Policial pertencente ao efetivo da Polícia Militar no Município de Guatapar, que participar exclusivamente no policiamento de trânsito e na segurança da cidade, após a celebração de futuro convênio que disciplinar as atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

 1 Os beneficiados com o pro-labore perderão o direito  gratificação quando:

I- estiverem afastados em razão de licença prmio;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

II - encontrarem-se respondendo a qualquer procedimento administrativo, que lhes impeça de exercer as atividades de segurança pública;

III - estejam participando de curso por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;

IV - ao ser movimentado para outro Grupamento Policial, Pelotão ou Companhia sediado fora da área territorial do Município.

 2 o pagamento do pr-labore, efetuado pela Prefeitura Municipal de Guatapar aos Policiais Militares, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e nem gera quaisquer outros direitos e obrigações de ordem contratual ou patrimonial.

3. O pr-labore a que alude esta Lei constitui-se em vantagem transitória, não se incorporando para todos os efeitos ao slrio, remuneração e/ou vencimentos, nem sobre ele incidirá quaisquer outras vantagens percebidas a qualquer título pelo respectivo servidor público estadual.

4. O pr-labore não gera direito subjetivo à continuidade de sua percepção, podendo cessar a qualquer tempo.

 5 O Comandante do Grupamento Policial encaminhará à Prefeitura, até o segundo dia útil de cada mês, um Relatório constando os Policiais Militares a serem contemplados com o pr-labore, bem como, o número dos devidos registros (RE).

Art. 3 As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento vigente:

02 Secretaria Municipal de Administração e Finanças

02.02 - Segurança Pública

06.181.0007.2.007 - Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

Ficha - 46

Art. 4° Fica autorizado a suplementação a dotação pertinente, nos termos do artigo 4°, III e IV, da Lei Orçamentária anual n.° 926 de 20 de dezembro de 2019.

Art. 4°. O Poder Executivo regulamentar a presente Lei por Decreto, no que couber.

Art. 5°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS 06 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2020.

Publicada, registrada e afixada no Paço da Prefeitura Municipal na data supra.

JURACY COSTA DA SILVA

Prefeito municipal

AILTON APARECIDO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração